



Regra para o Jardim Botânico é ilegal, diz Paes

- O prefeito Eduardo Paes disse que o projeto que regulariza 589 casas instaladas em áreas da União administradas pelo Jardim Botânico tem vício de origem. A iniciativa só poderia ser do Executivo. Para o presidente do JB, o projeto é inconstitucional. **Página 18**



Prefeito critica projeto da Câmara que regulariza casas no Jardim Botânico

Presidente do parque também é contra a proposta em tramitação

Selma Schmidt e
Simone Candida

• O prefeito Eduardo Paes criticou ontem o projeto de lei que declara como Área de Especial Interesse Social (Aies), para fins de urbanização e regularização, 19 núcleos com 589 casas instalados em terreno da União administrado pelo Jardim Botânico. Paes disse ser contra a proposta, que, segundo ele, apresenta “vício de iniciativa”. De autoria dos vereadores Adilson Pires (PT), líder do governo, Reimont (PT) e Eliomar Coelho (PSOL), o projeto está na ordem do dia da Câmara, mas a votação está suspensa, até que se chegue a um consenso. Como O GLOBO mostrou ontem, vereadores, associações de moradores e a direção do parque temem que a aprovação do texto provoque a expansão das comunidades existentes e a privatização de áreas públicas.

— Um projeto como esse teria que ser proposto pelo Executivo, e não por vereadores. E, depois, acho que a questão depende muito mais do Jardim Botânico, gestor da área, do que da própria prefeitura. Então, eu gostaria de ouvir o presidente do Jardim Botânico, porque, se tiver alguma coisa que possa ser regularizada, que se regularize. Mas, se não tiver, que se encontre uma alternativa — disse Paes.

O presidente do Jardim Botânico, Liszt Vieira, considera o projeto inconstitucional, além de ter vício de origem e de violar o pacto federativo:

— A matéria em discussão

tem de ser tratada em legislação federal. Na hipótese de ser aprovada, o prefeito tem obrigação de vetá-lo. Acredito que ele não sancionaria um projeto ilegal. Mas, de qualquer forma, por ser inconstitucional, o Ministério Público, a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e a Advocacia Geral da União podem recorrer à Justiça.

Número de imóveis beneficiados pode ser maior

Reimont argumenta que prefeito e presidente do Jardim Botânico estão equivocados, pois o projeto se baseia na Lei Orgânica, a legislação maior do município. Já o deputado federal Edson Santos (PT), que nasceu numa das comunidades do Horto há quase 56 anos, garantiu que a proposta não fere o pacto federativo:

— Mesmo em terreno da União, constitucionalmente o município é o responsável pe-

lo uso e pela ocupação do solo. Espero que os vereadores pensem no interesse do Jardim Botânico, mas também de moradores que estão lá há muitos anos. A direção do Jardim Botânico quer expandir o parque em detrimento dos moradores. Quer tirar o pessoal de lá e mandar para Campo Grande — alega ele, cuja irmã, Emília Santos, preside a Associação dos Ex-funcionários do Jardim Botânico.

O número de 589 casas existentes nos 19 núcleos do Horto pode estar subdimensionado. Essa era a quantidade de residências, em 2005, que consta de relatório da SPU. O documento cita que, em 1975, estavam cadastradas 377 famílias no terreno da União. Em 1985, eram 408 (mais 8%). Dez anos depois, houve um crescimento de 44% (589 casas). Até o fim do ano, deve-se conhecer o número atualizado. ■

OPINIÃO

PRINCÍPIO

• QUALQUER QUE seja o argumento para regularizar quase 600 casas erguidas em área administrada pelo Jardim Botânico, ele não há de se sobrepor à imperiosidade de se preservar o parque de ocupações.

POIS É exatamente o oposto disso que poderá acontecer, caso a Câmara Municipal aprove o projeto que

declara Área de Especial Interesse Social (Aies) os núcleos onde os imóveis estão erguidos.

O Jardim Botânico, beleza natural do Rio e patrimônio nacional, deve permanecer intocável — e esse é princípio pétreo de qualquer legislação que vier a ser aprovada para aquela área verde histórica.